



PODER PÚBLICO E AÇÕES POPULARES: INTERPRETAÇÕES SOBRE O PATRIMÔNIO HISTÓRICO EM/DE NOVA IGUAÇU

Natália Oliveira de Assis¹Amália Dias²

RESUMO

O artigo inventaria e examina interpretações sobre o patrimônio do município de Nova Iguaçu, localizado na região metropolitana do Rio de Janeiro, a partir de ações museais sobre a história do território. Pelo método da pesquisa bibliográfica, documental e de trabalho de campo, identificamos ações realizadas pelo poder público municipal e por iniciativas populares. A partir do aporte teórico sobre memória coletiva e patrimônio, com ênfase nos processos de atribuição de valor e sentido aos bens culturais, investigamos as interpretações do patrimônio local, calcadas nos interesses de grupos sociais que, partindo de suas experiências, valores e significados, produzem diferentes enquadramentos em torno da memória local. Os resultados obtidos a partir da análise da criação de museus municipais, catálogos de exposições, parques arqueológicos, museus comunitários, ecomuseu e manifestos descortinam a maior capilaridade das intervenções das elites políticas e econômicas locais, reforçando relações de poder e desigualdades sobre o direito à memória. Em contrapartida, novas visões de mundo são encenadas por ações populares da sociedade civil, que incidem sobre outras seleções de periodizações, memórias, eventos e práticas educativas. A análise comparada afirma a importância da interpretação do patrimônio como recurso crítico para promoção da pluralidade de narrativas, saberes e perspectivas, mas, também, que é desigual a correlação de forças econômicas, políticas e sociais entre os sujeitos engajados no direito à história do território e nos embates pelo patrimônio.

Palavras-chave: território; museu; patrimônio.

PODER PÚBLICO Y ACCIONES POPULARES: INTERPRETACIONES SOBRE EL PATRIMONIO HISTÓRICO EN/DE NOVA IGUAÇU

RESUMEN

El artículo inventaría y examina interpretaciones sobre el patrimonio del municipio de Nova Iguaçu, ubicado en la región metropolitana de Río de Janeiro, a partir de acciones museísticas sobre la historia del territorio. Mediante el método de investigación bibliográfica, documental y de trabajo de campo, identificamos acciones realizadas por el poder público municipal y por iniciativas populares. A partir del aporte teórico sobre memoria colectiva y patrimonio, con énfasis en los procesos de atribución de valor y sentido a los bienes culturales, investigamos las interpretaciones del patrimonio local, basadas en los intereses de grupos sociales que, partiendo de sus experiencias, valores y significados, producen diferentes marcos alrededor de la memoria local. Los resultados obtenidos a partir del análisis de la creación de museos municipales, catálogos de exposiciones, parques arqueológicos, museos comunitarios, ecomuseos y manifestos revelan la mayor capilaridad de las intervenciones de las élites políticas y

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil, natalia.assis.edu@hotmail.com.

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil, amaliadias@gmail.com.



económicas locales, reforzando relaciones de poder y desigualdades sobre el derecho a la memoria. Por otro lado, nuevas visiones del mundo se escenifican a través de acciones populares de la sociedad civil, que inciden sobre otras selecciones de periodizaciones, memorias, eventos y prácticas educativas. El análisis comparado afirma la importancia de la interpretación del patrimonio como recurso crítico para la promoción de la pluralidad de narrativas, conocimientos y perspectivas, pero, también, que la correlación de fuerzas económicas, políticas y sociales entre los sujetos involucrados en el derecho a la historia del territorio y en los conflictos por el patrimonio es desigual.

Palabras clave: territorio; museo; patrimonio.

PUBLIC AUTHORITIES AND POPULAR ACTIONS: INTERPRETATIONS OF THE HISTORICAL HERITAGE IN/FROM NOVA IGUAÇU

ABSTRACT

The article inventories and examines interpretations of the heritage of the municipality of Nova Iguaçu, located in the Rio de Janeiro metropolitan area, based on museological actions about the history of the territory. Using bibliographic, documentary, and field research methods, we identified actions carried out by the municipal government and by popular initiatives. Drawing on theoretical contributions about collective memory and heritage, with an emphasis on the processes of attributing value and meaning to cultural assets, we investigate interpretations of local heritage, grounded in the interests of social groups who, starting from their experiences, values, and meanings, produce different frameworks around local memory. The results from analyzing the creation of municipal museums, exhibition catalogs, archaeological parks, community museums, ecomuseums, and manifestos reveal the deeper reach of local political and economic elites' interventions, reinforcing power dynamics and inequalities regarding the right to memory. On the other hand, new worldviews are brought to life through popular actions by civil society, which influence different choices of periods, memories, events, and educational practices. The comparative analysis highlights the importance of interpreting heritage as a critical tool to promote a diversity of narratives, knowledge, and perspectives, but also shows that the balance of economic, political, and social power among those engaged in the right to the territory's history and in heritage disputes is unequal.

Keywords: territory; museum; heritage.

POUVOIR PUBLIC ET ACTIONS POPULAIRES: INTERPRETATIONS SUR LE PATRIMOINE HISTORIQUE A/DE NOVA IGUAÇU

RESUME

L'article inventorie et examine les interprétations du patrimoine de la municipalité de Nova Iguaçu, située dans la région métropolitaine de Rio de Janeiro, à partir des actions muséales sur l'histoire du territoire. Grâce à la recherche bibliographique, documentaire et au travail de terrain, nous identifions les actions menées par le pouvoir municipal et par des initiatives populaires. À partir de l'apport théorique sur la mémoire collective et le patrimoine, avec un accent sur les processus d'attribution de valeur et de sens aux biens culturels, nous étudions les interprétations du patrimoine local, basées sur les intérêts de groupes sociaux qui, à partir de leurs expériences, valeurs et significations, produisent différents cadrages autour de la mémoire locale. Les résultats obtenus à partir de l'analyse de la création de musées municipaux, de



catalogues d'expositions, de parcs archéologiques, de musées communautaires, d'écomusées et de manifestes révèlent la plus grande portée des interventions des élites politiques et économiques locales, renforçant les relations de pouvoir et les inégalités concernant le droit à la mémoire. En revanche, de nouvelles visions du monde sont mises en scène par les actions populaires de la société civile, qui influencent d'autres sélections de périodisations, de mémoires, d'événements et de pratiques éducatives. L'analyse comparative souligne l'importance de l'interprétation du patrimoine comme ressource critique pour promouvoir la pluralité des récits, des savoirs et des perspectives, mais montre également que la corrélation des forces économiques, politiques et sociales entre les acteurs engagés dans le droit à l'histoire du territoire et dans les luttes pour le patrimoine est inégale.

Mots-clés: territoire; musée; patrimoine.

INTRODUÇÃO

Localizado na Baixada Fluminense, região metropolitana do Rio de Janeiro, o município de Nova Iguaçu é geralmente representado em narrativas estigmatizantes e pejorativas que desconsideram o processo histórico da região e o legado cultural dos grupos que viveram ou vivem no território. A ocupação da região tem registros desde os povos sambaquianos a 10.000 anos passados (Dias, 2008) e da migração dos povos tupi-guarani³, vindos do Sul do país, a partir de aproximadamente 500 d.C (Souza; Ribeiro, 2021). Foi marcada pela colonização europeia no século XVI, com a consolidação do domínio português no território, a expulsão dos franceses, o massacre das aldeias tupinambás e o transporte e escravização de africanos provenientes da África Centro-Occidental, região de predominância das culturas Bantu (Bezerra, 2012). Houve intensa migração de diversos grupos para a região após a abolição da escravidão e nos anos 1950, com destaque para a migração das famílias negras e nordestinas em busca de moradia e trabalho. Desse modo, a sociedade iguaçuana expressa uma ampla diversidade cultural e histórica, relacionada a esses diversos grupos que compõem a história do território.

Ao apontar a diversidade cultural e social da região, dialogamos com as discussões do campo da memória coletiva que atentam para o papel dos grupos e quadros sociais que atuam como alicerce do processo de rememoração (Halbwachs, 1990). Ainda que os elementos citados acima sejam formadores da história e cultura da cidade, alguns dos grupos e aspectos estão pouco presentes, ou até mesmo ausentes, na memória e nas narrativas da população local sobre a cidade.

³ A ocupação do chamado “Recôncavo da Guanabara” – parte do que hoje é a Baixada Fluminense – pelos temiminós e os tupinambás, se faz influente ainda nos dias atuais a partir do próprio nome da cidade, lugares e bairros da região, originados da língua Tupi, entre outros aspectos culturais.



Ao refletir sobre esse problema do direito à memória, compreendemos que os estigmas de miséria e violência construídos em relação ao território pela mídia impressa entre os anos 1950 e 1980⁴ (Enne, 2004), e os problemas estruturais, provenientes de uma formação urbana calcada em uma distribuição desigual de recursos⁵ que afetam o território e sua gente, se constituem como um impeditivo para a consolidação de representações mais positivas, promovendo esses esquecimentos.

Contudo, considerando a atuação de diversos agentes em defesa da história e da cultura de Nova Iguaçu, investigamos o processo de formação e preservação da memória local a partir das ações de diferentes grupos que promovem projetos educativos/culturais de resgate e de valorização da história e da cultura da cidade. O objetivo central é identificar quais as interpretações sobre o patrimônio vigoram nas iniciativas do poder público municipal e dos setores populares sobre a história local.

Desse modo, ao dispor de modo comparativo iniciativas da prefeitura municipal e de movimentos sociais da sociedade civil, manejamos o conceito de patrimônio afastando-o das perspectivas de legado, herança ou como um conjunto determinado de bens, algo neutro, natural e dado, e convergimos com a discussão que focaliza o patrimônio como construção social, simbólica e perpassada por historicidade, relações de poder e projetos acerca do passado e do futuro, do que se quer iluminar ou esvanecer (Possamai, 2020). O debate epistemológico tem reverberado na ampliação da noção de patrimônio, até então encerrada na visão eurocêntrica, para embates e revisões que incluem outras paisagens, sujeitos e atribuições de valor (Carvalho, Meneghello, 2020, p.24).

O patrimônio resulta de ações políticas, e, “necessariamente, está ligado à escolha, seleção, realizada historicamente por um olhar especializado” (Possamai, 2012, p.112). E cabe ressaltar as transformações em curso que tem possibilitado que o “olhar especializado” seja compartilhado com atores antes excluídos do direito à memória.

O mapeamento das intervenções das elites locais no enquadramento da história e da memória da cidade, com base nos seus interesses políticos e econômicos, leva a reflexões sobre como as desigualdades entre os diversos grupos sociais são manejadas no contexto de produção da memória e do patrimônio local. Apreendendo a desigual correlação de forças entre os grupos

⁴ Entre os anos 1970 e 1980, a partir de um estudo da UNESCO, a cidade de Belford Roxo, na época pertencente ao território de Nova Iguaçu, é classificada como “o lugar mais violento do mundo”, dado que passa a circular na imprensa, reforçando uma imagem negativa do território (Enne, 2004, p. 11).

⁵ Compreendida em um contexto de periferia em relação a cidade do Rio de Janeiro, a cidade de Nova Iguaçu apresenta problemas próprios dos territórios periféricos, como a falta de planejamento público, loteamentos irregulares, escassez de serviços urbanos, entre outros.



sociais e os conflitos presentes nesses projetos, recorreremos às discussões teóricas que versam sobre os usos da memória coletiva e suas relações com o poder.

Desse modo, como aporte teórico, operamos com a produção de Pollak (1989), que sinaliza o aspecto conflituoso e as disputas de memória entre os diferentes grupos sociais, apontando o caráter uniformizador e destruidor da memória construída pelos grupos dominantes, que detêm o poder de determinar o que deve ser lembrado e o que pode ser esquecido. Da mesma forma, Le Goff (1990, p. 476) nos aponta que a memória coletiva é “um instrumento e objeto de poder”, disputado pelas forças sociais no âmbito das relações sociais. Abordando as relações de poder e a fabricação de uma memória coletiva por parte grupos dominantes, o autor apreende que:

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (Le Goff, 1990, p. 426).

Analogamente, reconhecendo as relações entre o poder e a memória, Chagas (2002) apreende a necessidade de politizar as lembranças e os esquecimentos. Para o autor, “a memória - voluntária ou involuntária, individual ou coletiva - é, como se sabe, sempre seletiva. O seu caráter seletivo deveria ser suficiente para indicar as suas articulações com os dispositivos de poder” (Chagas, 2002, p. 44).

Partindo dos aportes da teoria marxista na análise do fenômeno da memória, Santos (2021, p. 30), também aponta o “ineliminável caráter ideológico adquirido pela memória nas sociedades marcadas por contradições entre as classes sociais”. Segundo o autor, esse fator:

exerce um papel fundamental para a reflexão acerca da luta e da consciência de classes de tal maneira que, compreender as memórias como contradições emanadas das relações materiais ou como memórias harmônicas resultantes dos processos de assimilação ideológicas das ideologias dominantes, possui uma relação simbiótica com os interesses inconciliáveis das classes antagônicas (Santos, 2021, p. 30).

Essa interpretação da memória com base nos grupos sociais e suas relações serve às discussões sobre o patrimônio cultural. Aqui, trazemos o termo “referência cultural”, conforme utilizado por Fonseca (2006) que destaca o papel dos sujeitos e os processos de atribuição de sentidos e valores, envolvidos na definição do patrimônio. Segundo a autora:



Quando se fala em referências culturais, se pressupõem sujeitos para os quais essas referências façam sentido (referências para quem?). Essa perspectiva veio deslocar o foco dos bens que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu peso material e simbólico para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores. Ou seja, para o fato de que os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco. *O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados* (Fonseca, 2006, p. 85-86, grifos nossos).

Outro fator importante suscitado pelos debates sobre o patrimônio a partir do termo “referências culturais”, destacado por Fonseca, é o papel do poder na dinâmica de seleção dos bens culturais a serem preservados, implicando a definição do patrimônio enquanto um espaço de poder a partir do qual os grupos dominantes preservam traços de sua cultura, destroem as referências culturais de outros grupos ou ainda se apropriam dessas referências culturais, esvaziando-as dos sentidos e significados relacionados ao grupo de origem (Fonseca, 2006, p. 89).

As ações do poder público que trazemos aqui estão relacionadas principalmente a criação de três equipamentos culturais voltados para a preservação da memória e cultura local: a Casa de Cultura Ney Alberto, inaugurada em 2004; o Parque Histórico e Arqueológico de Iguassú Velha, instituído por meio do artigo 2º do decreto nº 12.789, de 22 de junho de 2022, e a criação do Museu de Arqueologia e Etnologia de Iguassú Velha, iniciada em 2025. As ações populares partem das iniciativas ligadas ao campo da museologia social, representados pelo Ecomuseu Iguassú e o Museu de Arte e Cultura Urbana da Baixada Fluminense (Museu BXD), ambos criados por agentes culturais do município no ano de 2022.

A investigação das ações do poder público local baseou-se em uma pesquisa bibliográfica e documental sobre a criação dos equipamentos, bem como consulta aos sites e redes sociais da prefeitura e da secretaria de cultura do município. Ainda, considerando as ações realizadas a partir da Casa de Cultura, utilizamos como fonte de pesquisa seis catálogos de exposições sobre aspectos da história local que ocorreram no entre 2019 e 2022, apresentados na tabela 1 no decorrer do texto.

A análise das ações dos museus comunitários, instituídas por ações populares, se deu a partir do trabalho de campo, de dados conhecidos a partir de reuniões da Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro e foram realizadas consultas aos sites e redes sociais das iniciativas abordadas. Nesse contexto, também ocorreu uma aproximação com outros espaços de cultura de memória em Nova Iguaçu e na Baixada Fluminense, base para o desvelamento dos conflitos de classe em torno da memória local.



Abordamos essas ações a partir do seu caráter educativo, considerando que se configuram também como processos de ensino e aprendizagem sobre a história da cidade. Promovidas a partir de espaços/ iniciativas do campo da cultura e da museologia, essas ações são compreendidas como práticas de educação não formal, demarcando-as como atividades “com fins de aprendizagem organizada fora do sistema formal de educação, porém, podendo atuar de forma complementar ou não a ele” (Campos, 2021, p. 96). Na articulação entre educação e cultura para pensar o processo de ensino aprendizagem, seguimos o que assinala Gomes (2003, p. 84) ao apontar que somos educados também pelo meio sociocultural e que “o educativo é eminentemente cultural e que a relação ensino/aprendizagem se constrói no campo dos valores, das representações e de diferentes lógicas”.

Assim, considerando as diferenças presentes em uma sociedade altamente hierarquizada, buscamos conhecer as interpretações do patrimônio sobre a história de Nova Iguaçu, pensando como diversos grupos têm atribuído valores e significados à suas experiências históricas e culturais, mobilizando processos educativos na valorização e reconhecimento de suas referências culturais em diálogo com a história e a cultura da cidade. Como resultado, demonstramos que essas ações representam diferentes projetos políticos e sociais que podem reforçar hierarquias sociais ou promover interpretações do patrimônio mais plurais e participativas.

PODER PÚBLICO MUNICIPAL, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO LOCAL

Em Nova Iguaçu, as investidas do poder público municipal na construção da memória local foram emblemáticas ao longo da década de 1930, relacionando-se às comemorações do centenário da cidade. Entre as atividades comemorativas, ocorreu o lançamento da primeira obra escrita sobre a história local, o livro *Memória da Fundação de Iguassú. Comemorativa do Centenário da Villa Iguassú em 15 de janeiro de 1833*, de José Matoso Maia Forte, escrito em 1933, encomendado pelo prefeito Arruda Negreiros.

Analisando a produção à luz do contexto social da época, é possível situar a obra enquanto produto do enquadramento da memória e da história da cidade pelas elites agrárias e políticas “engajados com a produção, beneficiamento e comercialização de laranjas”, principal atividade econômica do distrito-sede, com o intuito de construir um “consenso no campo cultural e social sobre a importância econômica daquela atividade” (Dias, 2019, p. 129). Dessa



forma, a escrita da história local aparece vinculada às “operações de hegemonia” das elites, na conformação de uma narrativa sobre a cidade ligada aos valores e interesses desse grupo.

Retomar essa escrita pioneira e os processos que incidem na produção da obra é importante pois, conforme observamos em nossa investigação, essa narrativa orienta ainda os atuais projetos do poder público municipal em relação à preservação da memória e do patrimônio local. As imbricações entre historiografia e processos de patrimonialização na consolidação de uma narrativa “oficial” sobre a história da cidade, podem ser apreendidas também ao observar o conjunto do patrimônio local tombado junto ao Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC)⁶ na década de 1980. Importantes para a preservação de parte da história da cidade, nota-se que os bens manifestam elementos consagrados pelas primeiras obras que abordaram a história local (Assis, 2025).

Sendo assim, retomaremos alguns apontamentos sobre a obra de Maia Forte, relacionados aos capítulos “Antigas famílias”, “Expansão agrícola” e “Ressurreição”. Em relação ao primeiro, observamos a valorização da história local a partir de seus “ilustres filhos”, grupo composto por uma elite intelectual, política, econômica e militar (Dias, 2019, p. 143). Em “Expansão agrícola” é afirmada a vocação agrícola da região desde os tempos coloniais, ilustrada pela presença dos engenhos de açúcar. “Ressurreição”, o capítulo final do livro, comemora o desenvolvimento da citricultura (Dias, 2019). Nele são abordados os progressos e o desenvolvimento da cidade do início do século XX até a década de 1930, representados pelo crescimento populacional, as ferrovias, as indústrias e as riquezas agrícolas.

Como resultado dessa narrativa, alguns aspectos da história local são evidenciados e *oficializados* como elementos importantes da história da cidade, estando entre esses elementos a fundação da Vila de Iguassú em 1833, apresentada como o marco inicial da história do município; a citricultura, atividade econômica da cidade entre as décadas de 1930 e 1950, que até hoje subsiste enquanto símbolo oficial – presente no hino da cidade, no brasão, entre outros; a atuação das elites locais, apresentados como os agentes da história da cidade, em ambos períodos históricos. Assim, a Casa de Cultura Ney Alberto, equipamento cultural da prefeitura de Nova Iguaçu que trazemos para a discussão sobre os projetos educativos/culturais do poder público na formação e preservação da memória local, carrega e reforça muitas dessas narrativas.

⁶ Patrimônio Cultural. Bens Tombados Município de Nova Iguaçu. Disponível em: http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/realizabusca?municipios=50&BemCultural=&PalavraCha%20ve=. Acesso em: 19 jun. 2026.



Inaugurada nos anos 2000, localizada na rua Getúlio Vargas, no centro da cidade, a Casa de Cultura ocupa um Casarão construído na década de 1930 como residência de um citricultor italiano, representando, desse modo, um resquício do período dos laranjais. Como nos mostra Alexandre (2014), através da escrita da história local na década de 1950 – período de declínio da citricultura – os agentes remanescentes da citricultura que viveram na rua Getúlio Vargas promoveram a valorização da referida rua enquanto local de “moradia das famílias ‘fundadoras’ de Nova Iguaçu” (Alexandre, 2014, p. 8), preservando sua história e importância para o território a partir dessa atividade comercial.

A escolha da rua Getúlio Vargas para a criação de um espaço cultural pelo prefeito à época ganha alguns contornos a partir dessas ações iniciais de valorização e patrimonialização do espaço. O Casarão foi escolhido a partir da ajuda do historiador Ney Alberto (Silva, 206). Nessa transformação e requalificação do prédio, atentamos para sua configuração enquanto um patrimônio cultural local, compreendida a partir da dinâmica de atribuição de valor e significado ao prédio por determinados agentes locais.

Dessa forma, pensar o processo de patrimonialização do espaço envolve o entendimento da intervenção das elites econômicas e políticas locais na formação desse patrimônio. A partir dos valores incutidos a esses espaços como “referência cultural” e histórica da cidade busca-se preservar e legitimar a importância da citricultura para a cidade, “lembrando” sua própria importância e atuação na história local. Com a atribuição de uma nova função ao espaço enquanto centro cultural nos anos 2000, vemos a reprodução e ampliação dessa narrativa, já que nessa nova configuração, com o incentivo e abertura para visita dos/as estudantes e dos moradores e moradoras de Nova Iguaçu, outra relação é estabelecida com o espaço, a partir da qual a produção de conhecimento e o ensino sobre a história da cidade é mediada pelo próprio prédio e demais narrativas que promovem a difusão desses valores.

Compondo o Complexo Cultural Mário Marques junto a três outros espaços artísticos-culturais, a Casa funciona como uma galeria de arte e espaço museal, sendo utilizada para diversas exposições sobre a história e a cultura local com visitas de turmas das escolas, de universidades da região e do público em geral. Para além das visitas, entre outras relações estabelecidas com o espaço após a atribuição dessa nova função, cabe destacar a produção de pesquisas sobre a Casa de Cultura que trazem narrativas sobre a construção do casarão, destacando seu aspecto histórico – como a pesquisa de Silva (2016). Essas narrativas sobre o casarão e a Casa de Cultura podem ser observadas em páginas de redes sociais e blogs que se dedicam a preservar e difundir a história e a cultura da cidade.



Desse modo, entendemos que uma dimensão educativa do espaço é suscitada a partir de sua transformação em equipamento cultural que, por sua vez, é compreendida como um processo de patrimonialização do casarão, preservando e valorizando seus aspectos históricos. Portanto, considerando as intervenções das elites agrárias – no passado da cidade – e do poder público municipal – em períodos mais recentes – cabe apontar as ações de enquadramento da história e da memória local que engendram ações que ratificam a interpretação sobre o patrimônio histórico-educativo.

A reprodução dessa narrativa em sujeitos que trabalharam na Casa de Cultura descortina como os valores instituídos pelos grupos dominantes estão sendo difundidos e assimilados nesses “trabalhos de memória” que tem como quadro social de referência os aspectos históricos do prédio, acessados a partir do contato com o equipamento cultural. Nesse sentido, em entrevista realizada com funcionários da Casa de Cultura no ano de 2016, Silva identificou uma importância atribuída ao espaço pelo fato de fazer “parte da história de construção da Cidade de Nova Iguaçu”, e ter pertencido “*a uma pessoa bem influente no passado*” (Silva, 2016, p. 69). Outro aspecto da importância da Casa de Cultura é sua compreensão como “ótimo lugar para estudo, por trazer conhecimento e lazer as pessoas, divulgar a cultura da baixada [...] viajando no passado, presente e futuro, as pessoas podem respirar cultura através da interação de diferentes atividades oferecidas” (Silva, 2016, p. 116, grifos nossos).

Partindo desse modo de produção e difusão de um conhecimento sobre a história local que se origina das interações dos funcionários e demais visitantes com o espaço e os vestígios do passado que ele preserva, compreendemos um dos fundamentos de sua dimensão educativa. Para além dos aspectos e personagens da história local suscitados nesse processo de aprendizagem, é importante refletir também sobre os valores, símbolos e ideias que são transmitidos, consciente ou inconscientemente, consolidando uma narrativa hegemônica alicerçada na experiência de atores pertencentes à elite iguaçuana. Sendo o quadro de referência para a construção de lembranças e esquecimentos, os usos do espaço, e de seu passado, configuram significativos processos de enquadramento da memória local pelos agentes do poder público local que se inserem na produção da história, da memória e cultura da cidade.

A partir do exposto por Santos (2021), apreendemos ainda o caráter material das relações sociais a partir das quais as memórias se constituem e as classes sociais antagônicas, – no contexto das sociedades capitalistas – disputam as lembranças, expressão da luta de classes no campo da memória. Para o autor, “a disputa pela memória é ao mesmo tempo, uma disputa ideológica entre as classes sociais pela forma como os acontecimentos serão lembrados, mas,



sobretudo, pelas consequências que a forma dessas lembranças poderá causar no comportamento social ético dos sujeitos no tempo presente” (Santos, 2021, p. 39-40). Considerando essas discussões, chamamos atenção para a necessidade de compreender esses fenômenos a partir das estruturas de poder e dominação que estruturam a sociedade brasileira e iguaçuana, impactando a formação de lembranças e esquecimentos engendrados pelas classes dominantes para a manutenção de hierarquias sociais. Nesse sentido, as intervenções das elites locais no enquadramento da memória da cidade são compreendidas como “operações de hegemonia”, segundo a acepção gramsciana do termo (Buttigieg, 2003, p.47).

Assim, demarcamos essas “operações de hegemonia” enquanto os “meios pelos quais a concepção de mundo e os valores de um grupo são difundidos, reforçados e estimulados capilarmente pela sociedade, tornando-se hegemônicos” (Dias, 2014, p. 99). Entendida a partir dessa perspectiva, “a educação atua na divulgação e interiorização do arcabouço ideológico das classes hegemônicas, transformando valores particulares em senso comum” (Dias, 2014, p. 99). Buscamos ressaltar que as ações promovidas pelos grupos dominantes de Nova Iguaçu, estando relacionadas “a perpetuação do poder”, incluem a criação de “instituições educacionais e culturais que apresentam suas concepções de mundo e seus valores” (Laurentino, 2016, p. 39).

E para além da patrimonialização do Casarão, cabe o exame do conteúdo selecionado sobre a história local a partir das exposições realizadas entre os anos de 2019-2022, observando as periodizações, temáticas e acervos selecionados como patrimônio sobre a história local.

CATÁLOGOS DAS EXPOSIÇÕES: A EDUCAÇÃO PELO IMPRESSO E AS AÇÕES MUSEAIS

Outro aspecto educativo relacionado a Casa de Cultura é observado a partir das exposições oferecidas no espaço. Apresentamos uma análise dos catálogos de seis exposições realizadas na Casa de Cultura entre os anos de 2019 e 2022, elencados na *tabela 1*. A seleção das exposições se deu a partir do acesso ao catálogo, entregue ao público no momento da visitação, e seu caráter enquanto documento e fonte de pesquisa. Como é possível observar na tabela, cinco das seis exposições analisadas a partir dos catálogos foram realizadas pela Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu junto à Secretaria Municipal de Cultura de Nova Iguaçu (SEMCULT) e da Fundação Educacional e Cultural de Nova Iguaçu (FENIG) e tiveram a curadoria de Marcus Monteiro, secretário de cultura do município desde 2019. A sexta e última



exposição teve curadoria de Cátia Helena, sendo realizada pela empresa da produtora Art na Colina Cultural, com recursos do edital “Retomada Cultural RJ 2”.

TABELA 1 – Exposições e Catálogos

Título da exposição e do Catálogo	Período em Cartaz	Curadoria	Realização
“Olhares sobre os Lares – A vida doméstica na “Velha” Iguassú – Séculos XVII, XVIII e XIX”	Junho a Setembro/ 2019	Marcus Monteiro	Prefeitura de Nova Iguaçu, SEMCULT e FENIG
“Africanidades na Baixada Fluminense – A Contribuição do Negro na Formação da Identidade Brasileira”	Novembro 2019 a Janeiro 2020		
“A cultura Tupi nas Terras do Guaguassú – Fragmentos da História Iguaçuana da Pré-História ao Século XVI”	Setembro a Dezembro 2020		
“Pesos e Medidas, Artes e Ofícios – A vida comercial da Vila de Iguassú”	Outubro a Novembro 2022		
“A Estrada Real do Comércio. Iguassú - Vale do Paraíba - Minas: 1822 - 2022”	Outubro a Novembro 2022		
“Viajantes Estrangeiros na Baixada Fluminense no Século XIX”	Novembro e Dezembro 2022	Cátia Helena	Produtora Art na Colina

Fonte: Elaboração da autora com base nos catálogos e redes sociais da SEMCULT.

Nos catálogos das exposições apreendemos outras particularidades desses processos educativos construídos a partir da Casa de Cultura. Para a compreensão do processo de ensino-aprendizagem pretendido pelos catálogos, recorreremos às discussões do campo museal, considerando o princípio museológico, educacional e comunicacional das exposições, entendidas, ainda, como espaço de construção de valores e a principal forma de comunicação do museu com o público (Cury, 2006). Nesse sentido, cabe ressaltar a dimensão comunicacional das exposições que potencializa seu aspecto educativo pela interação com o público visitante, também a partir da seleção do que será elegível como patrimônio.

Entendemos que os catálogos promovem a continuidade e a ampliação da dimensão educativa das exposições para outros tempos e espaços, podendo se configurar em fontes de pesquisa e estudo sobre a história local. A seguir, apresentamos um breve panorama da história da cidade ensinada/relembrada a partir dos materiais e os valores e orientações oficiais



difundidas nesses processos, dando a ver as interpretações do patrimônio possíveis dessa perspectiva.

Nos catálogos das exposições “Olhares sobre os lares”, “Pesos e Medidas, Artes e Ofícios”, “Estrada Real do Comércio” (Fundação..., 2019a, 2022a, 2022b) e “Viajantes Estrangeiros na Baixada Fluminense” (Art na Colina, 2022), cabe ressaltar a permanência de uma narrativa inaugurada pela obra pioneira sobre a história de Nova Iguaçu, escrita por José Matoso Maia Forte, encomendada e selecionada pelas elites locais no contexto da comemoração do centenário da cidade em 1933. Dessa forma, sendo herdeira dessa tradição historiográfica, reproduz as orientações ideológicas e culturais hegemônicas defendidas pela classe dirigente iguaçuana na década de 1930.

Assim, as narrativas apresentam como ponto de partida para a história local os antecedentes sócio-históricos da Vila de Iguassú no período colonial e imperial – resumidamente, a doação de sesmarias, formação de freguesias a partir das igrejas e do surgimento dos primeiros povoados e a elevação de Iguassú de freguesia a Vila devido ao aumento demográfico vinculado às movimentações comerciais possibilitadas pela Estrada do Comércio. Nesses catálogos vemos um grande destaque atribuído aos proprietários de terra de Iguassú, militares e políticos – “personagens ilustres” – envolvidos e interessados na construção da Estrada Real do Comércio que, passando pelas suas terras, possibilitou o enriquecimento desses agentes e manutenção e defesa dos seus interesses econômicos. A maior distinção dada aos membros das elites, e o consequente apagamento dos trabalhadores negros e indígenas, bem como personagens menos abastados, observadas nas narrativas nos catálogos demarcam a continuidade da influência do mesmo enquadramento da história que constituiu a transformação do antigo casarão em Casa de Cultura.

Se é possível dizer que com a abordagem da escravidão negra no catálogo da exposição “Africanidades na Baixada Fluminense” (Fundação..., 2019b) temos uma ruptura com invisibilidade desses trabalhadores e do fenômeno da escravidão na história local nessa tradição historiográfica, a visibilidade obtida não rompe com as estruturas de poder hegemônicas e os valores supremacistas brancos. Embora presentes nas narrativas, a participação da população negra, junto à população indígena, nos aspectos de “relevância” da história local, continua ausente. A inclusão está condicionada ao lugar de grupos subalternos, à margem do desenrolar da história. Portanto, ainda que importantes expressões culturais desses grupos sejam apresentadas e a origem indígena do território seja destacada no catálogo da exposição “A



cultura Tupi” (Fundação..., 2020), a relação com a história local é temporal e espacialmente limitada.

Ao explorar a dimensão educativa dos catálogos das exposições no ensino da história local imbricada ao processo de formação e preservação de uma memória coletiva sobre a história e a cultura de Nova Iguaçu, buscamos ressaltar o caráter das exposições enquanto espaço para construção de valores e o importante papel da educação na transmissão de símbolos, valores e ideias, suportes sociais da memória coletiva e dos processos de apropriação e reconhecimento do patrimônio pelos grupos e sujeitos sociais. Apreendendo as articulações entre educação, cultura e patrimônio – haja vista o princípio comunicacional da exposição – presente na Casa de Cultura, destacamos seu papel na (re)produção e consolidação de narrativas voltadas para formação da memória local, (re)criando quadros sociais de referência a partir dos quais diferentes atores e grupos sociais constroem suas lembranças sobre o passado da cidade.

Entendemos que nas narrativas dos catálogos, o passado da cidade é rememorado em relação aos interesses do presente. Dessa forma, além de reforçarem uma história/ memória única da cidade relacionada aos interesses, ações e experiências de vida das elites dominantes do passado, essas narrativas também respondem/ justificam demandas atuais, que identificamos a partir das ações do poder público local junto às recentes políticas culturais do governo estadual e federal voltadas para o financiamento de ações de restauração e patrimonialização do espaço da Vila de Iguassú.

Realizadas durante a segunda gestão do ex-prefeito da cidade Rogério Lisboa (2021-2024) e do secretário de cultura Marcus Monteiro, que permanece no cargo, estas ações relacionam-se a restauração do patrimônio tombado da cidade, o Conjunto Urbano da Extinta Vila de Iguassú, iniciada em 2020 pela prefeitura municipal com o apoio do INEPAC, visando a implementação do Parque Histórico e Arqueológico de Iguassú Velha. Instituído por meio do artigo 2º do decreto nº 12.789, de 22 de junho de 2022. Segundo o decreto, o Parque foi criado “com o objetivo de se valorizar os ativos históricos, culturais e ambientais” e incentivar o desenvolvimento turístico da região (Nova Iguaçu, 2022).

A implementação do parque motivou a criação da Superintendência de Pesquisas Arqueológicas pela prefeitura, comandada pelo arqueólogo Diogo Borges. As escavações na área, iniciadas em maio de 2023, após autorização do IPHAN, mobilizaram ainda a restauração da antiga estação ferroviária de Tinguá, também realizada pelo poder público municipal, onde, segundo a matéria publicada no site da prefeitura, foi montado um laboratório para análise e



tratamento do material das escavações.⁷ A estação foi transformada em um equipamento cultural sob o nome Estação da Cultura de Tinguá. Em sua inauguração, a estação recebeu uma exposição sobre o Parque, que apresentava a pesquisa realizada e alguns dos objetos arqueológicos encontrados.⁸

Outro projeto concentrado no tempo e espaço da Vila Iguassú é a construção de um Museu de Arqueologia e Etnologia de Iguassú Velha, a partir dos recursos municipais da Política Nacional Aldir Blanc, em edital publicado no mês de dezembro de 2024.⁹ Localizado em Tinguá, o Museu de Arqueologia é apresentado como o primeiro museu da Baixada Fluminense.¹⁰ Por fim, vale citar também o projeto para revitalização de parte das ruínas da Fazenda São Bernardino – o antigo armazém e a parte onde ficava a senzala – para a criação do Museu Vila Iguassú, com apoio do IPHAN.¹¹

Tal qual o processo de patrimonialização do prédio da Casa de Cultura, entendemos que essas ações têm mobilizado outras relações com esses espaços, com incentivo ao turismo, à pesquisa e visitas educativas, ofertando também exposições sobre a história e cultura local. Essa nova relação, articulada a dimensão educativa desses projetos culturais, corroboram com a ampliação dos valores e interesses dos grupos dominantes que, intervindo na história local, elegeram esses espaços e tempos como elementos oficiais da história da cidade na manutenção de sua hegemonia. Contudo, como veremos a seguir, outras abordagens, definições e interpretações sobre o que deve ser considerado como patrimônio, repercute na emergência de outras localidades, temporalidades e sujeitos que inscrevem novas visões sobre o patrimônio histórico educativo.

⁷ “Nova Iguaçu inicia escavação no Parque Histórico e Arqueológico de Iguassú Velha”. *Prefeitura de Nova Iguaçu*, 22 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.novaiguacu.rj.gov.br/2023/05/22/nova-iguacu-inicia-escavacao-no-parque-historico-e-arqueologico-de-iguassu-velha-2/>. Acesso em: 19 jun. 2026.

⁸ Joice Santos, “Estações antigas de Nova Iguaçu se transformam em ‘estações da cultura’”. *MRio*, 10 de set. de 2023. Disponível em: <https://redemrio.com.br/estacoes-antigas-de-nova-iguacu-se-transformam-em-estacoes-da-cultura/>. Acesso em 19 jun. 2026.

⁹ Disponível em: https://www.novaiguacu.rj.gov.br/semcult/wp-content/uploads/sites/11/2024/11/pmni_de_22-11-2024_-_sexta-feira_-_finalizado_21093507.pdf. Acesso em: 19 jun. 2026.

¹⁰ “Nova Iguaçu vai abrigar o segundo museu de arqueologia e etnologia da região sudeste”. *Prefeitura de Nova Iguaçu*, 14 de janeiro de 2025. Disponível em: <https://www.novaiguacu.rj.gov.br/2025/01/14/nova-iguacu-vai-abrigar-o-segundo-museu-de-arqueologia-e-etnologia-da-regiao-sudeste/>. Acesso em: 19 jun. 2026.

¹¹ Daniela Reis, “Edificações da Fazenda São Bernardino, em Nova Iguaçu (RJ), serão restauradas”. *gov.br*, 25 de mar. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/edificacoes-da-fazenda-sao-bernardino-em-nova-iguacu-rj-serao-restauradas>. Acesso em 19 jun. 2026.



AÇÕES POPULARES DE MUSEOLOGIA SOCIAL PARA UMA NOVA VISÃO DE MUNDO

Longe de combater a necessidade das políticas públicas em torno do patrimônio, da educação e memória local, cabe apontar as diferenças de interpretação entre o poder público local e os coletivos/espços culturais e movimentos sociais do território, reforçadas por essas ações e as contradições que elas manifestam. A criação de não apenas um, mas, dois museus municipais para o resgate e valorização da história local, um deles divulgado como o primeiro museu da região, gera questionamentos sobre a falta de auxílio e não reconhecimento do poder público aos museus comunitários/sociais já existentes no território, construídos pelos/as próprios/as moradores/as que também atuam no resgate da história e preservação do patrimônio e da memória local – ainda que a partir de outras referências culturais, valores, sujeitos/as, temporalidades, espaços e interesses que não os da narrativa hegemônica/ oficial. Nesse sentido, partindo desses outros espaços e iniciativas de memória na cidade, apontamos as disputas de memória no território onde residem diferentes interpretações sobre patrimônio.

As discussões sobre os projetos educativos/ culturais vinculados a criação de museus comunitários na cidade dialogam com as produções do campo da museologia, em específico da museologia social, que reforçam a necessidade de uma abordagem educativa e popular nos espaços museais. Conforme Campos (2021) é apenas a partir da segunda metade do século XX, com as novas demandas educacionais no contexto do pós-guerra, que a dimensão educativa do museu é consolidada e popularizada, impactada pelas discussões sobre a educação não-formal. Nesse mesmo contexto, outro fator de influência são os movimentos de questionamento aos espaços museológicos “tradicionais” e as propostas de renovação dos museus que culminam no movimento Nova Museologia, originada da Declaração construída em 1972, durante a Mesa-Redonda de Santiago do Chile, que fomentou o surgimento de outros movimentos, como a Museologia Social. Entendendo os museus como espaços de transformação social, esses movimentos defendem outra relação entre os espaços museológicos e seu público, com uma participação mais ativa da comunidade no entorno, contribuindo para o reconhecimento de sua dimensão educativa (Campos, 2021, p. 88-89).

Esse cenário é importante, pois, a partir dele, vemos o surgimento de novos espaços e ações de memória e museologia social ligados às classes, aos territórios e às memórias populares, (re)afirmando a vida, a história e a cultura negra, indígena e demais grupos e espaços subalternizados em contestação das narrativas dos museus convencionais – herdeiros do museu



ocidental colonialista. Nesses novos espaços, as exposições, inicialmente compreendidas como modos de dar a ver acervos e coleções privadas de membros da nobreza e da aristocracia, tem se tornado a linguagem artística e o recurso visual para a formação e propagação das referências culturais populares, suscitando a formação de acervos e arquivos comunitários.

No contexto brasileiro, o fortalecimento desse cenário cultural se deu somente no início do século XXI, impulsionados pelas políticas públicas dos governos do Partido dos Trabalhadores (Campos, 2021, p. 112). Nesse contexto, as museólogas Sarah Braga e Nathalia Lardosa (2025) destacam as ações realizadas na gestão do ministro Gilberto Gil, no primeiro governo do presidente Lula, como a Política Nacional de Museus (PNM); o Estatuto de Museus; o Sistema Brasileiro de Museus (SBM); o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram); a criação do Programa Pontos de Memória; o lançamento do primeiro Edital Prêmio Pontos de Memória; chamando atenção para a atuação dos movimentos sociais “que serviram como fonte de nutrição para as políticas mencionadas e, ao mesmo tempo, foram por elas alimentadas” (Braga; Lardosa, 2025, p. 7).

Essas ações governamentais atenderam em parte a lutas presentes desde a redemocratização em que se estabeleceu “um cenário de crescente valorização da memória e da identidade de grupos e movimentos sociais que denunciavam passados de injustiças para a reflexão e defesa de ações de reparação” (Lemos, Cid, 2022, p. 308). As pautas da educação, cultura, memória e patrimônio foram fortalecidas e se tornaram “ativos políticos” e “esferas de atuação” dos movimentos sociais.

Resultado dessas discussões, no contexto brasileiro e internacional vemos o surgimento de diversas formas de ser e fazer museu, entre outras iniciativas de memória, que tem se voltado contra os valores dominantes, em defesa das histórias, culturas, memórias e melhores condições materiais de existência para a população marginalizada nas narrativas oficiais. Expressão desse movimento no estado do Rio de Janeiro, a Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro (Remus-RJ), surgiu em 2013, e desde então, vem articulando e fortalecendo as diversas iniciativas do campo da memória e da museologia social do estado. Segundo Sarah Braga e Nathalia Lardosa,

os diversos grupos que se uniram através da Remus-RJ são de diferentes regiões marginalizadas do Rio de Janeiro que encontraram no museu, na memória e na luta coletiva, ferramentas de enfrentamento contra injustiças e opressões perpetuadas na sociedade. São museus, ecomuseus, pontos de memória, pontos de cultura, organizações não governamentais, instituições de ensino, profissionais, estudantes e pesquisadores, cujas práticas se compreendem no âmbito da denominada museologia social e que, através de



seus modos singulares, desempenham um papel fundamental na educação, na resistência e no empoderamento de suas comunidades (Braga; Lardosa, 2025, p. 10).

Algumas dessas iniciativas localizam-se em diferentes municípios da Baixada Fluminense, caso do Iê – Museu Vivo de Arte e Cultura da Capoeira, localizado em Guapimirim; o Ilê da Oxum Apará, localizado em Itaguaí; o Museu Vivo da Agricultura, em Magé, o Museu Vivo do São Bento e o Museu Vivo da Capoeira, em Duque de Caxias; o Museu Multiartes de Belford Roxo; o Museu de Arte e Cultura Urbana da Baixada Fluminense, que se encontra sem sede física, mas surge e atua em Nova Iguaçu; o Museu Almirante Negro, localizado em São de Meriti, entre outros¹². Trazemos essa realidade museal construída com base nos movimentos sociais e comunitários no território como apontamento das disputas de memória e tensões estabelecidas com projetos de memória e patrimônio de cunho oficial.

Como exemplo de espaços de memória construídos pela comunidade iguaçuana, destacamos o Museu de Arte e Cultura Urbana da Baixada Fluminense (Museu BXD)¹³, existente desde novembro de 2022. Fruto da união de trabalhadores que desde os anos 2000 atuam na cultura hip-hop, o museu surgiu no bairro de Morro Agudo, em Nova Iguaçu, e atualmente se encontra sem sede. Uma das propostas da iniciativa pretendia resgatar e valorizar a memória e a história de Morro Agudo e sua população, sendo também um espaço de formação e educação.

Sua sede inicial foi o Vasquinho de Morro Agudo, clube poliesportivo construído em 1945 como sede do time de futebol que levava o mesmo nome. A sede do clube era ainda o local onde ocorriam bailes funks, e os ensaios do Grêmio Recreativo Escola de Samba Imperial de Morro Agudo. Sendo uma importante referência cultural e histórica para a população de Morro Agudo, nos dias atuais o espaço está abandonado e, em grande parte, inutilizável devido à degradação física e questões burocráticas envolvendo os donos do terreno.

Além de abordar aspectos do passado da cidade, partindo da linguagem do hip-hop, essa iniciativa apresenta uma narrativa sobre a história e cultura local voltada para elementos e grupos mais contemporâneos. Dessa forma, superam os limites das narrativas oficiais sobre a história da cidade que relegam ao esquecimento aspectos mais recentes, legitimando como os

¹² Informações retiradas do blog da Remus-RJ, no qual é possível visualizar a lista completa. Disponível em: <https://rededemuseologiasocialdorj.blogspot.com/>. Acesso em: 19 jun. 2026.

¹³ Mais informações sobre as atividades do Museu podem ser acessadas no Instagram da iniciativa. Disponível em: https://www.instagram.com/museu_bxd/. Acesso em: 19 jun. 2026.



tempos “áureos” da história local, dignos de serem lembrados, aqueles voltados ao passado colonial e à citricultura.

Na região de Tinguá, temos como exemplo o Ecomuseu Iguassú¹⁴ existente desde 2022, que também aborda aspectos históricos da Vila Iguassú, entre outros elementos da história local. Criado a partir da iniciativa de um historiador e morador da cidade, além de ter um espaço físico para exposição de objetos, alguns encontrados por moradores locais, o ecomuseu também oferece visitas guiadas aos pontos históricos da região para estudantes e moradores locais, trazendo uma abordagem crítica da história da cidade.

Por fim, vale citar uma ação de alguns dos movimentos sociais de Tinguá, representados pelo Comitê Permanente de Lutas por Tinguá, que vêm pleiteando ações do poder público municipal, junto ao INEPAC, para a revitalização e reurbanização da praça no entorno da Estação da Cultura de Tinguá. Na carta “Manifesto contra o esquecimento: resgatando a história e a natureza de Tinguá”, escrita pelo Comitê - em denúncia aos esquecimentos e descasos do poder público em relação às demandas da comunidade - é citado ainda o fato da Estação da Cultura de Tinguá estar sendo subutilizada. É reivindicada sua transformação em um ecomuseu comunitário, gerido pelos moradores, para a preservação da memória local, valorização da história e promoção de uma educação patrimonial e ambiental que fortaleça a identidade cultural do bairro. Na carta assinada por vinte coletivos, houve solicitação também da reforma da casa de farinha, sede da Associação de Moradores e Amigos de Tinguá e reflorestamento de áreas degradadas.¹⁵ Entre os signatários há uma diversidade de associações, como a União dos Estudantes de Nova Iguaçu, Rede de Educação Popular BXD, Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (núcleo de Nova Iguaçu), Ecomuseu Iguassú, Associação de Moradores e Amigos de Tinguá, Narractiva Periférica e o Coletivo de Mulheres Negras.

Sendo parte de ações populares instituídas por membros da sociedade civil, trabalhadores e trabalhadoras do município, essas iniciativas encontram dificuldades para realização de atividades e manutenção dos espaços, devido à falta de recursos ou até mesmo apoio do poder público, caso apreendido nos exemplos citados. Se torna mais evidente, então, as contradições com as ações por parte da prefeitura que se voltaram a destinação de recursos para a construção de um museu municipal de valorização e preservação da “história local”, sob os valores e narrativas hegemônicas instituídas pelas elites, enquanto museus e iniciativas de

¹⁴ Mais informações sobre as atividades do Ecomuseu podem ser acessadas no Instagram da iniciativa. Disponível em: https://www.instagram.com/ecomuseu_iguassu/. Acesso em: 19 jun. 2026.

¹⁵ A carta completa está disponível no Instagram do coletivo: https://www.instagram.com/p/DDEPYFkOdZE/?img_index=1. Acesso em: 19 jun. 2026.



cunho popular em valorização e preservação “das histórias locais”, a partir de outras localidades, tempos e pessoas enfrentam diversos obstáculos para sua consolidação.¹⁶

Essas ações museais promovidas por populares, portanto, são educativas não apenas pelas práticas que instituem de ensinar outras narrativas sobre o município de Nova Iguaçu, com especial inclusão das questões ambientais, da história de bairros mais afastados do centro do município, da defesa de outros locais de patrimônio (como o Vasquinho de Morro Agudo). São educativas também porque, em contrapartida às políticas oficiais, ensinam como produzir outras interpretações do patrimônio, então realizadas por setores subalternizados:

Aqui, fala-se de mulheres, homens e pessoas da classe trabalhadora, as favelas, das áreas muitas vezes esquecidas e perseguidas pelo poder público que vivenciam o racismo, a exploração, a LGBT+fobia entre tantas opressões a que o povo está sujeito. São pessoas que ficam à margem da história com suas narrativas diariamente invisibilizadas e que tiveram a necessidade de pegar suas memórias nas mãos e consolidar suas identidades através da cultura, da memória, do coletivo e do fazer museal (Braga; Lardosa, 2025, p. 10).

Assim, enfatizamos as desigualdades materiais e financeiras entre esses projetos, refletindo sobre os efeitos na preservação e reconhecimento de patrimônios constituídos para além da assimilação dos valores e narrativas hegemônicas. É importante, numa perspectiva crítica sobre educação e patrimônio considerar que “há muitas formas de lembrar e de esquecer”, observar a complexidade do processo de “constituição de memórias” e “compreender como esses processos ocorrem nas práticas políticas de distintos grupos sociais e identificar o diálogo com as estruturas burocráticas de organização das políticas de memória e com as ações educativas” (Lemos; Cid, 2022, p. 309).

Portanto, tendo como panorama essas questões, atentamos para o conflito de interesses na valorização e preservação da memória e do patrimônio apreendido a partir de um recorte de classe, associado também a pertença e as origens de classe dos indivíduos que constroem essas narrativas. Partindo dessas posições políticas em prol da memória, da cultura e da história das classes populares, antagônicas às memórias oficialmente instituídas, preservadas e continuadas em ações do poder público local/ nacional, intencionamos apontar as lutas de classe em torno da memória e como diferentes grupos se inserem nessas disputas. Nessas outras ações de

¹⁶ Vale citar que, com a mobilização desses grupos, o termo “museus comunitários” foi incluído em um dos recentes editais de cultura da cidade, marcando o reconhecimento das iniciativas. Disponível em: https://www.novaiguacu.rj.gov.br/semcult/wp-content/uploads/sites/11/2026/03/edital_1-2.pdf; Acesso em: 12 abr. 2024.



memória no território, apreendemos também um processo de ensino e aprendizagem sobre a história e a cultura local ligada às experiências das classes populares, levando a interpretações do patrimônio mais participativas e plurais, interessadas em fazer museologia social e educação comprometida com uma nova visão de mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação acerca de movimentos em defesa da história do território de Nova Iguaçu identificou um conjunto de ações museais empreendidas pela prefeitura municipal e por organizações da sociedade civil. A seleção de temas que privilegiam a história da colonização, da ocupação fundiária da terra e os resultados econômicos da economia da citricultura na primeira metade do séc. XX propiciou a transformação de antigo casarão em Casa de Cultura. Nesse espaço, tem sido realizadas exposições museais sobre a história local que priorizam a história da Vila de Iguaçu, como foi apresentado no breve exame dos catálogos das exposições produzidas pela Secretaria de Cultura. Parques arqueológicos tem sido erguidos em prol desses mesmos recortes, com vistas a instaurar determinado patrimônio sobre a história da Vila de Iguaçu.

Em outra chave de interpretação do patrimônio, o Museu de Arte e Cultura Urbana da Baixada Fluminense e o Ecomuseu são instituições criadas pela sociedade civil, em movimentos associativos com coletivos de diversos pertencimentos sociais. A partir da pesquisa em sites, redes sociais e pela participação desses equipamentos na Rede de museologia social do Rio de Janeiro, percorremos as seleções que operam sobre a história local, defendendo a inclusão de regiões periféricas do município, temas, sujeitos e periodizações que não coincidem com as iniciativas do poder público municipal.

Buscamos destacar o aspecto educativo dessas ações que articulam patrimônio e história local. Há articulações entre educação não-formal e cultura em ambos os projetos, pois patrimônio e educação são recursos desses grupos para promoção de diferentes memórias e referências culturais do município.

Considerando as ações das elites locais na conformação das narrativas sobre a história local, que ganham um caráter oficial/ hegemônico, situamos essas intervenções enquanto operações de hegemonia, voltadas para a manutenção das relações de poder e das hierarquias sociais. Trazendo outros projetos de patrimonialização e memória construídos por populares/ trabalhadores/as moradores/as da cidade que surgem em contestação dessas narrativas,



descortinamos o caráter antagônico desses projetos, compreendidos enquanto expressão da luta de classes no campo da memória local.

Nesse sentido, é importante ressaltar como, no âmbito da memória local, as desigualdades são manejadas e mantidas, estabelecendo-se privilégios e prioridades de acordo com as narrativas oficiais e os interesses e valores dos grupos dominantes – que, muitas vezes, limitam as preocupações sobre conservação e preservação aos imóveis de grandes proprietários escravagistas/ capitalistas, enquanto relegam a degradação e destruição espaços de referência das classes populares. Aplicada à discussão sobre a memória coletiva local – enquanto fenômeno relacionado às experiências dos grupos sociais (Halbwachs, 1990) – a intervenção de atores da elite local na formação das narrativas sobre a história da cidade orienta também a reflexão sobre qual grupo social/ grupos sociais, têm reproduzido suas histórias e experiências na cidade enquanto “a” história da cidade.

Por fim, cabe ainda destacar como as iniciativas populares promovem a formação de quadros sociais da memória local mais diversos e representativos a partir da maior participação da comunidade nessa construção. Contudo, inseridas nessa disputa de memórias em correlação desigual de forças, cabe refletir sobre como essas experiências vão sendo apagadas e silenciadas por uma narrativa hegemônica sobre o território que continua promovendo uma história “oficial”, fomentadas pelo poder público e pelas elites locais na manutenção de seus interesses e de seu poder.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, Maria Lúcia Bezerra da Silva. Nova Iguaçu segundo a literatura: as representações de uma cidade a partir da Arcádia Iguassuana de Letras (AIL-1955-1970). **Anais do VII Simpósio Nacional de História Cultural**. Universidade de São Paulo – USP, São Paulo – SP, 10 e 14 de Novembro de 2014. 11p. Disponível em: <https://gthistoriacultural.com.br/VIIsimposio/Anais/Maria%20Lucia%20Bezerra%20da%20Silva%20Alexandre.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024.
- ART NA COLINA. **Catálogo de exposição**: Viajantes Estrangeiros na Baixada Fluminense no Século XIX. Nova Iguaçu, 2022, 27p.
- ASSIS, Natália Oliveira de. O patrimônio cultural entre o lembrar e o ensinar – uma reflexão a partir dos bens tombados da cidade de Nova Iguaçu. In: *Anais do Encontro de História da Educação do Rio de Janeiro*. Anais...São Gonçalo (RJ) UERJ-FFP, 2025, 14p. Disponível em: <https://static.even3.com/processos/882858bdc74c4bd081e7.pdf?v=639177614757441961>. Acesso em: 18 jun. 2026.



BEZERRA, Nielson Rosa. **A cor da Baixada: Escravidão, Liberdade e Pós-Abolição no Recôncavo da Guanabara**. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2012, 260p.

BRAGA, Sarah; LARDOSA, Nathalia. Entre passado e presente, a história de luta e afeto da Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 59, p. 1-31, 2025.

BUTTIGIEG, Joseph A. Educação e hegemonia. In: COUTINHO, Carlos Nelson (Org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.39-49.

CAMPOS, Carlos. **Território a ser explorado: uma proposta para um guia para os museus da Baixada Fluminense**. 2021. 201p. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTÓRIA) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

CARVALHO, Aline. MENEGHELLO, Cristina. Apresentação. In: CARVALHO, Aline. MENEGHELLO. (Orgs). **Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas, São Paulo, Editora da Unicamp, 2020.pp.23-27.

CHAGAS, Mário. Memória e poder: dois movimentos. **Cadernos de sociomuseologia**, v. 19, n. 19, pp. 43-81, 2002. Disponível em: <https://revistas.ulusoфона.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/367>. Acesso em 18 jun. 2026.

CURY, Marília Xavier. **Exposição - Concepção, montagem e avaliação**. São Paulo: Annablume, 2006, 162p.

DIAS, Ondemar Ferreira. **Da pré-história à chegada do colonizador**. In: TORRES, Gênesis (Org). **Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política**. Rio de Janeiro: INEPAC, pp.7-10, 2008.

DIAS, Amália. Entre laranjas e letras: processo de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950). Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2014, 528p.

DIAS, Amália. O centenário e a “vocação agrícola” de Iguaçu: operações de hegemonia e enquadramento da história. In: BEZERRA, Nielson; NASCIMENTO, Álvaro (Orgs). **De Iguaçu à Baixada Fluminense: Histórias de um território**. Curitiba: Editora Appris, pp. 129-152, 2019

ENNE, Ana Lúcia. Imprensa e Baixada Fluminense: múltiplas representações. **Ciberlegenda**, n. 14, pp. 1-26. 2004. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36726/21303>. Acesso em: 18 abr. 2024.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DE NOVA IGUAÇU. **Catálogo de exposição: Olhares sobre os Lares – A vida doméstica na “Velha” Iguaçu – Séculos XVII, XVIII e XIX**. Nova Iguaçu, 2019a, 28p.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DE NOVA IGUAÇU. **Catálogo de exposição: Africanidades na Baixada Fluminense – A Contribuição do Negro na Formação da Identidade Brasileira**. Nova Iguaçu, 2019b, 28p.



FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DE NOVA IGUAÇU. **Catálogo de exposição:** A cultura Tupi nas Terras do Guaguassú – Fragmentos da História Iguaquana da Pré-História ao Século XVI. Nova Iguaçu, 2020, 28p.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DE NOVA IGUAÇU. **Catálogo de exposição:** Pesos e Medidas, Artes e Ofícios – A vida comercial da Vila de Iguassú. Nova Iguaçu, 2022a, 24p.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DE NOVA IGUAÇU. **Catálogo de exposição:** A Estrada Real do Comércio. Iguassú - Vale do Paraíba - Minas: 1822 - 2022. Nova Iguaçu, 2022b, 73p.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: bases para novas políticas de patrimônio. In: **O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial**. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pp. 85-95, 2006.

GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. **Revista Brasileira de educação**, pp. 75-85, 2003

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice/ Revista dos tribunais, 1990, 197p.

LAURENTINO, Eliana Santos da Silva. **História Local, Patrimônio e Culturas Afro-Brasileiras em Duque de Caxias (2000-2014)**. 2016. 220p. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2016.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, 553p.

LEMOES, Andréa. CID, Gabriel Da Silva Vidal. Patrimônio, ensino e direito à memória: diálogo entre práticas. In: NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos (org.). **Patrimônio, resistência e direitos: história entre trajetórias e perspectivas em rede**. Editora Milfontes, Vitória, 2022. pp. 305-324.

NOVA IGUAÇU (RJ). **Decreto nº 12.789**. Cria a Área Especial que especifica, institui o Parque Histórico e Arqueológico de Iguassú Velha e dá outras providências. 22 de junho de 2022. Nova Iguaçu, 2022.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2. n. 3, pp. 3-15, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em: 10 abr. 2023.

POSSAMAI, Zita. Patrimônio e acervos. In: CARVALHO, Aline. MENEGHELLO. (Orgs). **Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas, São Paulo, Editora da Unicamp, 2020. p.47-50.

POSSAMAI, Zita. Patrimônio e história da educação: aproximações e possibilidades de pesquisa. **Revista História da Educação**, v. 16 n. 36 Jan/abr. 2012 p. 110-120.



SANTOS, Alexandre de Jesus. As lutas de classes no campo da memória. **Revista Binacional Brasil-Argentina: Diálogo entre as ciências**, v. 10, n. 01, pp. 27-42, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/352368489_As_lutas_de_classes_no_campo_da_memoria. Acesso em: 07 out. 2024.

SILVA, Amanda Lopes da. **A Casa de Cultura Ney Alberto e suas relações com identidade, lazer e o turismo**. 2016. 121p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharelado em Turismo). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Instituto Multidisciplinar, Nova Iguaçu, 2016.

SOUZA, Marlúcia; RIBEIRO, Silene. Memórias Ancestrais no Norte e Oeste das cercanias da Guanabara: no tempo das conchas e da Jacutinga. **Revista Pilares da História**: Duque de Caxias, ano 20, nº 19, pp. 37-44, junho de 2021.

Recebido em: 24 de junho de 2026.
Aceito em: 14 de agosto de 2026.